

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



**CORTESÃO, Jaime Zuzarte** (Ançã, 1884 - Lisboa, 1960)

Jaime Cortesão retratou-se em 1960 como um “poeta de acção, pronto sempre a exaltar o homem heróico e a transformar, por esse modelo, a ideia em acto.” (“Prefácio a modo de memórias”, in *O Infante de Sagres*, n/n). Poeta, antes de mais. E político, desde cedo. Em 1910, já médico formado pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa (depois de ter frequentado Direito em Coimbra e Medicina no Porto), propõe-se para deputado pelo Partido Republicano Português. O que não conseguirá: a Constituinte de 1911 não ouvirá o seu verbo ardente de republicano radical – com raízes anarquistas e filiação maçónica. Apenas fugazmente exerce a clínica, publica versos e encontra um medíocre lugar de professor provisório de História e Literatura no Liceu Rodrigues de Freitas, no Porto, enquanto se lança à conquista do meio literário de mistura com a acção cívica. É a ‘Renascença Portuguesa’, é *A Águia* (2ª série, com Álvaro Pinto, Teixeira de Pascoaes e Leonardo Coimbra, entre outros) e a Universidade Popular ligada a esse movimento intelectual. A história? Lecciona-a e divulga-a. História a que se reservava um papel fundamental na ideologia republicana. A República sonhada heróica precisa de história para se autolegitimar. A liquidação de uma dinastia secular tem de fazer prova de que esta corrompera e abastardara a nacionalidade, destruindo o velho e heróico Portugal. É nesta retórica que enfileira Jaime Cortesão, pondo ao seu serviço o talento literário de que dispõe: na poesia e na tribuna, e mesmo nos contos que publica. Romantismo político e exaltação também romântica na literatura. A condizer. A invocação do passado, que está no âmago do momento efusante, é privilegiada nas manifestações literárias. Abordando o problema da história na almejada renascença portuguesa pelo seu lado pedagógico – na instrução primária, secundária e de divulgação popular (vitalizar e impulsionar o Povo ao heroísmo) – critica os métodos, programas e compêndios em uso. Sublinha a importância do esforço dos humildes nos grandes empreendimentos pátrios – as Descobertas – e o proveito a tirar da apresentação “viva e artística” das biografias dos heróis. Ao Portugal dos grandes momentos, por isso mesmo euforizante, há que contrapor, para contraste repulsivo, a narrativa do período de decadência: era a necessidade de tornar unânime a República para o esforço renovador, condenando as tiranias. História de Portugal vista a preto e branco. Aos descobrimentos segue-se a destruição das vontades e esvai-se o impulso colectivo por obra do jesuitismo. Que havia que combater. Esta tarefa de patriotismo humanista não cabe só às escolas ou aos meios de instrução popular. Nela devem colaborar os jornais, dando conscienciosas lições. “À consciência nacional é indispensável essa ensimesmação na história.” (“A ‘Renascença Portuguesa’ e o ensino da História Pátria”, pp. 78-79). Consciência do estar e do agir na trama



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

temporal. Qualquer educador republicano assinaria estas (e outras) páginas de Jaime Cortesão. O companheiro de Teixeira de Pascoaes e de Leonardo Coimbra na orientação da Renascença Portuguesa tem da história uma visão poética e cívica. Respalda-se no poeta e no filósofo amigos (e em Oliveira Martins) para a sua proposta de um misticismo naturalista em que a Arte desempenhe o papel equivalente ao das antigas religiões. Dessa nova mística colectiva, poeticamente religiosa e anticatólica, ressurgiria Portugal. Poeta-homem de acção, divulga e ensina história. Era sempre a história como apresentação de exemplos a seguir numa República que se queria heroicamente libertadora. Uma novidade, talvez, residiria na busca dos “paradigmas históricos das virtudes nacionais”, não nos “figurões”, mas na “acção do Povo na história, da influência da colectividade, do seu poder criador, do seu espírito de abnegação, do esforço dos humildes – da parte que lhes cabe na realização das máximas empresas e na glória dos mais legítimos heróis.” Não custa a crer que assim fosse: o Povo humilde tinha de ser posto em relevo pela propaganda republicana. Mas desde muito cedo o seu “modelo preferido” a sua “obsessão”, era o infante D. Henrique, “considerado como o símbolo da grei.” (“Prefácio a modo de memórias”). No ambiente exaltante mas contraditório e conflitual do novo regime político, o artista vai procurar uma via de arte-acção: o teatro. Anos e anos passados, em 1959, embora reticente quanto a marcar a sua viragem da literatura para a história, avança: “A nossa vocação de historiador deve ter despertado quando escrevemos o drama em verso *O Infante de Sagres*, representado em 1916, a que sucedeu pouco depois o drama, igualmente em verso, *Egas Moniz*.” Vocação, talvez. Faltava ainda a aprendizagem do ofício. Ora Cortesão distingue perfeitamente duas fases nas suas concepções de história: antes e depois da sua iniciação na pesquisa. “Até ali a história incarnava para nós em personalidades que a dirigiam, os ‘Heróis’, segundo o conceito épico e hipertrófico de Carlyle. Longos anos passados nos arquivos, quer nos portugueses quer nos estrangeiros, levaram-nos a dar uma importância crescente à criação anónima e colectiva.” (“A História e o Historiador”, p. 5). A partir de 1916, pois, menos retórica, menos Oliveira Martins – o autor de biografias históricas – e atenção à escrita dos historiadores que estão a seu lado, escrevendo e pesquisando, sobretudo a Luciano Pereira da Silva. É de crer que o autor de *A Astronomia dos Lusíadas* tenha tido um papel do maior destaque nesta fase preparatória do futuro historiador. Cortesão leu-o atentamente, estudou-o – referir-se-á à “proficiente segurança” com que apresentava as suas provas “com uma documentação e uma lógica admiráveis.” (“Afirmções da consciência nacional: VI. Civilização portuguesa”, p. 67). Conjugar as fontes num encadeamento verosímil, na plena consciência do processo, aspecto fundamental das grandes construções futuras do poeta-historiador. Segurança, documentação, encadeamento lógico no espírito da época, provas. Ainda o elogio embalado numa escrita vibrante. Porém, o admirador dos heróis começa a aproximar-se também sentidamente de outros autores – que lhe despertam novos interesses. E assiste ao lidar com outras temáticas, com rigor e exigência críticos que acabará por fazer muito seus. Outro contributo parece fundamental: o de António Sérgio. Este António Sérgio atirara-se logo em 1912 contra essa “sombra de avós-novoento bando”, das banalidades habituais da visão republicana da história (em especial da sua falange mais esclarecida, a da “Renascença Portuguesa”)(Soneto dedicado a Augusto Casimiro, “Pela Grei. Os que sonham”, in *A Águia*, nº 28, p. 147). Nos anos seguintes fora publicando as suas irritantes propostas de interpretação de uma história pátria da qual era preciso fugir. Da polémica que se seguiu ressalta, nítido,



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

que o campo em que Cortesão se colocara, o da retórica, se tornava indefensável sem outras armas que as palavras. Tomemos um caso. Em “A idealização legendária no Povo português”, de 1912, dizendo que quer analisar “algumas das mais belas e representativas legendas”, mistura Herculano, Camões, as trovas do Bandarra, Rui de Pina e versos populares, sem critério que destrinche o que é legendário ou tomado como tal. É isto apesar de querer *demonstrar* que cada povo “tem um sistema de legendas históricas, enaltecendo sempre os heróis, visto ser o heroísmo a mais necessária das virtudes à conservação dos agregados.” (*A Águia*, nº 28, p. 117). Demonstração que não faz, nem podia fazer, pois carecia dos instrumentos do ofício. Em 1912, em a *Vida Portuguesa*, órgão da Renascença Portuguesa que dirigia, Jaime Cortesão incita a “uma larga renovação dos estudos históricos em Portugal”, indispensável à renovação da consciência nacional. No que também se empenhava com Alfredo Coelho de Magalhães, orientando a colecção ‘Biblioteca Lusitana’, da Renascença. Havia que “fecundar o presente com um espírito de continuidade histórica.” (Paulo Samuel, *A Renascença Portuguesa*, p. 105). Com ele polemiza António Sérgio, para quem era desconhecido o modelo “lusitano do passado. Ao Lusismo casa-se sempre naturalmente o Historismo, ou Defuntismo.” (Ibidem, p. 109). Ora a Torre do Tombo não devia ser considerada a botica para as maleitas nacionais. Porque o essencial não residia no passado mas “no interesse pelos problemas de hoje.” (Ibidem, p. 111). Posições antagónicas, à partida. Mas será Cortesão que se vai aproximar de Sérgio, porque este o fizera reflectir. Poderá ser mesmo que começasse a estudar história *como reacção* a Sérgio. A uma fase de exaltação romântica, verbosa, com mera utilidade cívica e política, segue-se a tomada de consciência de que a história é um fazer, uma pesquisa, uma paciência. Ganha apetite pela história-construção dos historiadores. É uma necessidade de quem decerto sentia que toda aquela retórica carecia de fundamento. Não se seguirá, contudo, a produção que dessa nova atitude poderia decorrer: porque 1916 é a guerra, é a grande acção. Deputado, em 1915, o cidadão-médico oferece-se para partir para a frente de batalha, quando a tal não era obrigado, e tem de reaprender a prática clínica. É a mobilização, a Flandres, o gaseamento, a cegueira. É a grande escola do sofrimento, da proximidade do fim a que por acaso se escapa. É o homem confrontado. Regressado à Pátria será a cadeia em vez do tratamento urgente e necessário – Sidónio Pais não perdoa aos republicanos democráticos que se oponham à sua ditadura. Sobre tudo isto reflecte e escreve um livro fundamental – *Memórias da Grande Guerra*. O herói, que antes era o paradigma a apresentar ao Povo, passa agora a ser aquele que, “iluminado”, consegue encarnar as virtudes do ser colectivo para o guiar a bom porto. A guerra fora uma grande escola. Quem partiu veio diferente: “A sua consciência, que à partida era uma luz bruxuleante, engrandeceu-se, dilatou-se, incendiou-se, e as velhas virtudes da arraia-miúda, que nele dormiam, acordaram à uma, para se afirmarem mais uma vez a única grande força da grei, como em todas as horas críticas da nossa história. De novo, como sempre, uma reduzida minoria de eleitos e iluminados, afrontando as misérias dos seus iguais na escala social, se encontrou unicamente com a arraia, para realizar os milagres que redimem. Esse soldado é ainda o mesmo de Aljubarrota e do Mar” (*Memórias da Grande Guerra*, p. 262). Em Janeiro / Fevereiro de 1919 salva-se a República. Como consequência de uma varridela nos dirigentes sidonistas e monárquicos – que o sidonismo acobertara – Jaime Cortesão vai substituir Fidelino de Figueiredo como director da Biblioteca Nacional de Lisboa. Acompanhará essa nomeação uma reforma da instituição, que a dotará de pessoal e de uma sólida



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

organização (“Relatório do Director da Biblioteca Nacional”, in *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. Lisboa: Julho-Setembro de 1920). Cortesão, como consequência de uma revigorada motivação para a acção política – levedada pela guerra e pela cadeia – abandona o Partido Democrático para se juntar a velhos amigos e a outros que, também desiludidos, buscavam novos caminhos, até que se agregaram na *Seara Nova*, em 1921. O combate passa agora não tanto pela educação popular como pela refacção das Élités para que guiem o Povo. Daqui resulta, ao que pode deduzir-se da sua obra, uma grande imprecisão no definir dos grupos sociais que depois se vai detectar no historiador. Em especial, preocupar-se-á sobretudo com as Élités e com o Povo. Da Biblioteca Nacional vai reunir-se um conjunto de personalidades de excepção, como Raul Proença, António Sérgio, Aquilino Ribeiro, Faria de Vasconcelos, e outros, e partir para um conjunto de iniciativas notáveis em edições e salvaguarda do património cultural. Acção exemplar. Mas a Biblioteca é investigação; é contacto com as obras fundamentais da cultura. E nesse ambiente de estudo e reflexão, irá fazer-se historiador. Jaime Cortesão – médico de formação, político por imperativo cívico e director da Biblioteca Nacional de Lisboa – vai revelar-se finalmente historiador em 1922, já com 38 anos – desde 1921 sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, de que não será feito efectivo. Foi na *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, dirigida por Carlos Malheiro Dias com enérgica direcção administrativa do “brasileiro” Albino de Souza Cruz. A sua colaboração, que saiu autónoma no mesmo ano, traz o título de *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*. Os três capítulos iniciais e a conclusão podem dizer-se integrados no género de história teatralmente revivida, com descrições minuciosas, com gestos e pretensos pensamentos das personagens. Mau grado as notas de rodapé a atestarem a consulta criteriosa de fontes, não passam de um *pastiche* de duvidoso gosto literário. Cortesão deixa-se arrastar pela sua impetuosidade verbal para a descrição minuciosa e arrebicada, tudo pretendendo visualizar. Porém, com o capítulo IV de *A Expedição* é o erudito que se inicia. Antes de mais procede à seriação das fontes: “a) documentos oficiais sobre a organização da armada; b) testemunhos directos de algumas pessoas que viajaram ou colaboraram nela; c) informações transmitidas pelo Rei ou por italianos para o estrangeiro, quer durante a viagem quer alguns dias depois da chegada dos primeiros navios de Cabral.” Só depois se considera a pertinência de outros documentos, como a carta de Cantino, os relatos de Castanheda, João de Barros, Damião de Góis, Jerónimo Osório, Gaspar Correia – que serão devidamente ponderados e relativizados – bem como o “Livro das Armadas”. “O exame comparativo das fontes originais oferece desde logo uma vantagem: estabelece-se a indiscutível e recíproca autenticidade [que poderia afigurar-se duvidosa quanto às que chegaram até nós em traduções], pois coincidem inteiramente, salvo pequenas divergências que inspiraram cada um dos documentos. Por outro lado, como se completam e esclarecem mutuamente, é possível formar com eles um esquema inteiro dos factos mais notáveis da expedição, compreendendo a respectiva escala cronológica. E se este esquemático relato deixa ainda insolúveis alguns dos problemas mais graves que à viagem se prendem, serve, pela sua indiscutível veracidade, como padrão para contrastar a fidelidade dos relatos das crónicas. Esse esquema constitui verdadeiramente uma pedra-de-toque.” (*A Expedição...*, pp. 41-46). Erudição atenta. Comparatividade das fontes e busca da autenticidade do testemunho. Preocupação com a intenção que esteve por detrás da redacção de cada uma delas. Escolha e hierarquia documental como elaboração prévia à arquitectura global. E também outras preocupações com



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

outras visões, que não apenas as da historiografia. Logo em 1925 profere em Lisboa, na Universidade Livre, uma conferência (de que não ficou texto escrito) que se intitulava significativamente “As relações entre a geografia e a história de Portugal”. O conhecimento do espaço (e a sua importância para o estudo das sociedades no tempo) fica desde então como um contributo essencial de Jaime Cortesão para a História de Portugal – e daí também a procura da compreensão da arte de navegar e dos instrumentos que para a conseguir foram sendo construídos. Em “A tomada e ocupação de Ceuta”, artigo de 1925, dá o merecido relevo à hipótese antes levantada por António Sérgio (nos *Ensaio*s, de 1920) e discutida por David Lopes, embora chamando à colação outras investigações, como as de Pedro de Azevedo. Com bastante demora e excelentes apoios bibliográficos se compraz Cortesão a destacar a situação de Portugal no grande comércio, entre o Mar do Norte e sobretudo o Mar Mediterrâneo, o Mar por onde transitavam as valiosas mercadorias trazidas da Ásia, em especial as especiarias. Que o grande comércio estava em crise e que a tomada de Ceuta podia resolvê-la, credita a Sérgio; que a cidade era um importante porto marítimo com interesse estratégico para combate à pirataria cabe a Lopes. Com Pedro de Azevedo concordará, ao assinalar que os interesses da “classe mercadora” e os da fidalguia se conjugavam afinal na empresa de Ceuta. Mas Cortesão, como sempre, será bem mais ousado e consegue vislumbrar na tomada da praça africana os primórdios de um “plano de descobrimentos, e por conseguinte de expansão mais vasta.” Mais, já nisso antevê como “objectivo remoto, a Índia e o seu comércio.” Exaltadamente conclui que assim se executa “um acto de salvação nacional.” (“A tomada e ocupação de Ceuta”, pp. 26-27) Aproximavam-se posições, não obstante que ainda em Cortesão as personagens históricas se destaquem. Ainda em 1926 sairá um opúsculo seu na Biblioteca Nacional sobre o Tratado de Tordesilhas (*Le Traité de Tordesillas et la découverte de l’Amérique*) e de antes de 1930 data também o texto de apresentação de Portugal na Exposição Internacional de Antuérpia, síntese intitulada *L’Expansion des Portugais dans l’Histoire de la Civilisation*. Nesses escritos abrirá para novos desenvolvimentos nos capítulos de história da expansão com que por então inicia colaboração na *História de Portugal* de Barcelos. Deste mesmo ano será o escrito que é o culminar desta primeira fase da obra de Cortesão, “uma das suas obras-primas e um dos momentos cimeiros da historiografia portuguesa” do século XX, “Os Factores democráticos na Formação de Portugal” (Vitorino Magalhães Godinho). Assunto sobre que trabalharia algum tempo antes, pelo menos desde 1928, e sobre que publicou algumas reflexões na *Seara Nova*, que prenunciam o texto final. Artigos datados de Paris, de 20 de Outubro de 1928 (“A formação democrática de Portugal”) e de Fevereiro de 1930 (“O problema das relações entre a Geografia e a autonomia política de Portugal”). Logo nestes primeiros trabalhos começa a afirmar um dos problemas centrais da sua futura teoria dos descobrimentos, e também uma das chaves para compreender o poeta-historiador. É quando, a propósito da misteriosa missão de Duarte Pacheco Pereira ao hemisfério ocidental em finais do século XV, comenta: “conservam todos os cronistas um singular silêncio.” E mais adiante: “Sabemos hoje que uma política de sigilo severíssimo acautelava os interesses nacionais das vastas cobiças dos estranhos. E é devido aos secretos informes que os italianos de Lisboa transmitiam para as suas metrópoles que hoje podemos pouco a pouco reconstituir uma parte da nossa obra, desconhecida e imensa.” (*A expedição...*, pp. 52 e 137-138). A teoria do sigilo revela a grande preocupação do historiador: a racionalidade da construção. É nesse esforço de integração



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

de pedras deslocadas ou inclassificáveis na compreensão que procura, que aparece e se desenvolve a tentativa de considerar o sigilo como inerente à história dos descobrimentos portugueses. Nesse todo, incongruente à primeira vista, há que procurar com que muitos dos testemunhos alcancem inteligibilidade. O insatisfeito cidadão de uma república ameaçada, o incumprido poeta da acção que sentiu todo o valor da vida num conflito dramático real, que fez história-vivida, desloca-se então para a história-construção. Da epopeia em que participou, da página de história que escreveu com sangue, passa para a epopeia que outros viveram, noutras eras. Entusiasma-se nesse encontro-revelação, nessa comunidade em que atinge uma “profunda exaltação do espírito, com alguns Homens da nossa Idade de Ouro.” Numa história cuja escrita agora destaca que “se destila nos arquivos” (*In Memoriam do Conde de Sabugosa*, p. 230). Dois anos mais tarde, Jaime Cortesão apresenta um notável artigo: “Do sigilo nacional sobre os descobrimentos.” No subtítulo vai mais longe: “Crónicas desaparecidas, mutiladas e falseadas, alguns dos feitos que se calaram.” (*Lusitânia*. Fasc. 1, Janeiro de 1924, pp. 153-174). A razão estaria em que, para defesa do monopólio comercial, se proibia a difusão das notícias, e o seu mesmo registo, a fim de que a concorrência não viesse destruir o que um pequeno e mal defendido povo obtivera. Esta sedutora hipótese, que já servira no estudo anterior, explicaria cabalmente o silêncio das fontes e, sobretudo, as incongruências do texto capital que é a *Crónica dos feitos de Guiné*, de Gomes Eanes de Azurara. Analisando todo o processo peça a peça, com minúcia, conclui pelo sigilo oficial imposto e pela existência de uma outra epopeia à espera de revelação. Para além dos documentos conhecidos, “há outros Lusíadas ocultos.” (*Ibidem*, p. 81) Tem esta visão sido, talvez, a mais polémica de toda a obra de Cortesão. Se unanimemente se aceita a tese do sigilo para as últimas décadas do século, no tempo em que D. João II o tornou oficial, o sigilo no período henriquino está longe de obter consenso. Quer Duarte Leite quer Vitorino Magalhães Godinho, com outro tipo de análises, virão a recusar a posição apresentada e depois sempre defendida. No entanto para Cortesão o segredo será essencial à metodologia da História dos Descobrimentos. Que dá como própria, para além dos métodos históricos gerais que com outras influências desenvolve. Se em “A Tomada e Ocupação de Ceuta”, de 1925, a tese do sigilo não é chamada à colação – a novidade será a atenção à história dos preços a partir das obras de Thorold Rogers e d’Avenel –, vai ser depois o fulcro de *Le Traité de Tordesillas et la Découverte de l’Amérique*, de 1926, que tem como subtítulo *Conditions physiques, scientifiques et économiques qui ont pu influencer la découverte de l’Amérique*. Cortesão está atento à obra de geógrafos: conhece e serve-se repetidas vezes da geografia de Jean Brunhes e Camille Vallaux (*La Géographie de l’Histoire*) e é leitor dos *Annales de Géographie* do período áureo dessa ciência em França. Além disso, dá uma atenção muito especial aos estudos das cartas dos ventos e correntes da marinha americana, embrenhando-se nos complexos estudos da navegação marítima. É o geógrafo na história que se prepara. Em 1944 reconhecerá que nos “estudos de história da geografia” se tinha especializado (*Cabral e as origens do Brasil*, p. 5). Desde 1926 que apelava também para a sociologia francesa. A Philippe de Champault, “um dos discípulos mais penetrantes da ‘Ciência Social’” vai buscar a seguinte *lei social*: sempre que os comerciantes transportadores descobriam uma rota vantajosa para chegar a países novos, oferecendo produtos ricos, tudo fazem para se reservarem, para si e para o seu grupo comercial, o monopólio da exploração desta rota.” Daqui, e guiado por esse discípulo de Durkheim, parte para o



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

enunciado de uma série de regras que devem observar-se em todos os povos em similar situação: “a) transformar [o comércio dos produtos ricos e as respectivas rotas] num monopólio; b) fechar as rotas que a isso conduziam por meio de tratados e de lendas proibitivas, ou de perseguições para todos os transgressores; c) tornar secreta toda a sua política e a sua acção comercial, tanto quanto os factos que as referiam; d) vigiar os estrangeiros no exterior e no interior e excluí-los do seu agrupamento social.” (Le *Traité...*, p. 24). O *Étude géographique, historique et sociale par une méthode nouvelle* de Champault vinha sugerir-lhe os instrumentos analíticos de que julgava precisar. O sigilo oficial vinha explicar a falta de documentos abonatórios de descobertas e avanços no conhecimento do mundo, decorrente da defesa do monopólio económico. Até à última obra – *Os Descobrimentos Portugueses* (1960) – Cortesão mantém, inalterada em certos passos mesmo na letra, a formulação do que designa por leis sociológicas do sigilo. Da aplicação deste processo explicativo aos descobrimentos marítimos portugueses – onde tem sido e continuará a ser discutido – passa-se à sua generalização. Nesta arquitectura o problema das fontes e do seu tratamento rigoroso torna-se, pois, fundamental. Há que averiguar não só o que as fontes revelam como o que encobrem, e o porquê de mostrar ou de esconder. Satisfazendo o poeta, regra-lhe a imaginação que se canaliza para o verosímil. Essa liberdade no fantasiar (para empregar uma expressão cara a António Sérgio) vai desencadear no leitor uma curiosidade – que dá em cumplicidade – na compreensão global, em que o misterioso e o enigmático – à primeira abordagem – se explicam racionalmente. Racionalidade entendida como esforço de compreensão e explicação de comportamentos colectivos frequentemente não racionais, que têm de ser integrados no todo onde ganham sentido. Anos mais tarde formulará o paradoxo que está na base da grande historiografia contemporânea: “não há documentos sem história.” Os documentos, todos, “correspondem a um estado de espírito individual e social, a um grau de cultura, a um sistema de ideias políticas ou religiosas ou, por outras palavras, a outras tantas causas que podem levar a deformar os factos, quando não a escondê-los. Se não buscarmos, pois, a história do documento, ou seja, das razões que o ditaram, esclarecem ou limitam, não teremos passado da primeira tarefa de historiador – a de reunir fontes.” “É certo que, entendida assim a história [...], o historiador terá de socorrer-se de outras ciências: por forma geral, a geografia, a psicologia dos homens e dos povos e a sociologia [...]. A tendência é para alargar cada vez mais o círculo de compreensão dos factos, incluindo-os na visão integral da humanidade.” (*Introdução à História das Bandeiras*, vol. I, pp. 11-12). É a imprescindível interdisciplinaridade numa abrangente história total, como proporá Fernand Braudel, que não por acaso admirava Cortesão. Com alguma influência de leituras de sociologia, mas sobretudo concorde com o sentir do poeta dramático, é o modo como trata os grupos sociais. Encontra um paradigma, um tipo, que vai concretizando depois pelo contraste que estabelece com as personalidades que faz reviver (a “pedra-de-toque”, que usara noutra sentido em *A Expedição...*). Estão neste caso os cidadãos do Porto na *Carta de Pêro Vaz de Caminha*, os bandeirantes de *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil*, os castiços e os estrangeirados ou os luso-brasileiros de *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid...* De algum modo são construções tipológicas como as da sociologia – embora não pareça procurar os “tipos ideais” de Max Weber, autor que citará de passagem para os fins dos anos 40, mas sobretudo são carpintaria de dramaturgo chamando à cena os comediantes para desempenho dos vários papéis... Aprendendo a fazer história pela leitura de bons



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

historiadores, no entanto Jaime Cortesão é demasiado ele próprio para que se lhe possa marcar mais do que ligeiras influências – que as há, naturalmente. A sua estrutura intelectual integra e assimila, amplia-se e enriquece-se sem que se possa encontrar uma presença externa dominante. Se a sociologia francesa de Durkheim é relevante e a sua morfologia social se adequa ao pensar de geógrafo de Cortesão – como ressalta na redacção de *Os factores democráticos na formação de Portugal* – outra influência aí bem patente, provém de *As cidades na Idade Média* de Henri Pirenne (de 1927). As burguesias urbanas nos espaços que vão organizando vitalizam a economia e dirigem a arraia-miúda, construindo a civilização comunal. A análise social de Cortesão liga-se sobretudo aos espaços urbanos e às suas dinâmicas. Se estas convergências vêm, em 1930 ao de cima, ficará sempre presente um Pirenne reinterpretado – porque conforme à visão profunda (e não poucas vezes meta-histórica) – do caminho social de que resultam os descobrimentos, pelo cosmopolitismo das burguesias portuárias, quando Povo e Élités uniram os seus esforços para que a epopeia se desenrolasse além-mar. Sociologia, história económica e social, sobretudo geografia e agudo sentir dos anseios espirituais e religiosos, servem à arquitectura das obras-primas escritas no exílio. Apresentando as provas do que afirma, embora numa interpretação dos documentos que por vezes só com aceitação dos pressupostos da teoria do sigilo se sustenta. Cortesão vai procurar no percurso da ocupação do território e da articulação dos modos de vida da população das várias regiões a emergência da nacionalidade. A comunidade constituía-se a partir dessa junção de proveniências diversas. Contando ainda com alguma colonização estrangeira. Deixam de se procurar motivos vários, mais ou menos intemporais e imaginários – e sempre com impossibilidade de se provar a sua adequação – para se avançar no conhecimento da economia e da administração do território. Ponto central para explicar a afirmação nacional, no século XIV, a “profunda renovação económica do País.” Era a resposta à procura externa de vinhos e sal, de azeite e de frutas. Assinalava-se ainda a exportação de mel, cera, coiros, peles e lã. E a junção da economia do interior com a do litoral vai efectuar-se. “No interior a faina agrícola e pastoril; na costa a exploração do sal e a pesca que se estendia do nosso litoral ao estrangeiro.” Estava assim “criado o novo género de vida nacional: o comércio marítimo a distância, com base na agricultura.” (*Os factores...*, pp. 89-91) “Em Portugal é do próprio movimento das comunas que vai nascer o conceito supremo da Nação; e apenas desaparecidas as causas que entravaram aqui, mais ainda do que no resto da Europa o desenvolvimento das classes populares, os princípios democráticos vão retomar a sua marcha até o advento da República.” Procurava assim aquilo que se poderia designar por “concepção democrática da história portuguesa?” É possível. “Mas em qualquer ciência o que importa é que as suas concepções sejam...científicas.” (*Os factores...*, pp. 14-15) Relevo especial será dado à revolução de 1383: “Portugal entra na maioridade; na sua política interior dominam as tendências laicistas e civilistas, condição essencial para a dignificação e liberdade dos povos; e o Estado atinge a forma de organização que lhe permite resolver o grande problema da expansão da Europa e do conhecimento do planeta.” (*Os factores...*, p. 157) A verticalidade do cidadão incapaz de aceitar a ditadura militar-clerical instalada a partir de 1926 leva-o a lutar de armas na mão. Derrotada a revolta no 7 de Fevereiro de 1927 é a demissão e é o afastamento da Pátria, que vai decorrer até 1957. Nunca perdendo a esperança de que um dia Povo e Élités se harmonizem numa ressurreição salvadora, como aconteceu em 1383, nas descobertas, na Restauração, na epopeia da



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

formação do Brasil, e que quisera ver na República em Portugal. Fins dos anos Vinte e Trinta que passa em França e em Espanha, investigando e ensinando. Em 1940, por força da invasão alemã da França, reentrava em Portugal. Contudo, a sua actividade de republicano revolucionário não estava esquecida e o ditador não perdoava. Logo seria preso, e com outros enviado para o Forte de Peniche e “banidos da Pátria para o estrangeiro” (*Elogio Histórico de Bernardino Machado*, p. 35). Generosamente o acolhia então o Brasil. E passa a trabalhar no Gabinete Português de Leitura e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Mais: em 1944 ingressa como professor no Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores, escola de formação dos diplomatas brasileiros. Aí regeria as cadeiras de História da Cartografia do Brasil e de História da Formação Territorial do Brasil – de 1944 a 1950 – no seguimento da organização da Mapoteca do Itamaraty de que estava encarregado desde 1942 e que deveria servir de suporte às investigações empreendidas para a realização de um nunca concretizado *Atlas Histórico do Brasil*. Tratava-se de rever a História do Brasil que considerava já objecto dos seus estudos predilectos. Brasil que não foi avaro para com o historiador português. Não por acaso foi encarregado de comissariar a notável exposição comemorativa do Quarto Centenário da Fundação de São Paulo, em 1954 (pelo que foi feito “cidadão benemérito” de São Paulo, raríssima distinção). Nesses anos de operoso exílio brasileiro (1940-1957) Jaime Cortesão desenvolveu os seus estudos maiores, numa maturidade tardia, precisamente com o Brasil como objecto: *A “Carta” de Pêro Vaz de Caminha, Cabral e as origens do Brasil (Ensaio de Topografia Histórica)*, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid, Manuscritos da Colecção De Angelis, Brasil – livro 1, De los comienzos a 1799, Pauliceæ Monumenta Historica* ou *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil* são alguns dos títulos de uma actividade intelectual marcante além Atlântico. Que deixou marcas fundas e influenciou decididamente a historiografia brasileira. Destaque-se que tomou a seu cargo mostrar a evolução da representação cartográfica do Brasil, ao mesmo tempo que esclarecia “as bases geopolíticas da sua formação.” Procurava resolver ou contribuir para a resolução das seguintes perguntas: “Constitui o Brasil uma entidade geográfica, suficientemente diferenciada em relação aos demais Estados da América do Sul? A sua história obedecerá também a um desenvolvimento económico, social e político próprios, com base naquela diferenciação geográfica? Que sistema de princípios e títulos jurídicos legitimam e asseguram a base geográfica do Estado?” Problemas de difícil e complexa formulação e resolução e que em si contêm um imenso programa de trabalho. Em que a análise da documentação cartográfica serve de apoio e muitas vezes de ilustração. Jaime Cortesão partia do princípio de que os mapas exprimiam antes de mais as vontades políticas dos governantes. Apesar de transmitirem uma visão codificada da realidade, reflectiam sobretudo os propósitos dos que mandavam. A cartografia não era objectiva – mesmo contando com as deficiências instrumentais do tempo –, mas mediatizava um saber todo ele orientado para a justificação de um domínio territorial. O que podia conduzir a distorções que contagiavam aquilo que se pretendia observar. De tal maneira Jaime Cortesão considerava central a política para a cartografia que chega a escrever que por volta de 1640 a arte cartográfica estiolara, “pois não correspondia já a uma instante função política.” Há, sempre, uma busca do significado histórico dos mapas. Significado político. Sobretudo na *História do Brasil nos Velhos Mapas* vêm ao de cima as concepções estruturais de Jaime Cortesão acerca da formação do Brasil: a partir de uma imaginada “Ilha-Brasil”, definida pelas bacias do Rio da Prata e do Amazonas. Ter-se-



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

ia construído uma unidade social que acabou por ser política e por prefigurar um território destacável como nacional. Tudo o mais decorre desta postura prévia. Mesmo quando trata de expedições do século XVIII, a Ilha-Brasil ia como que flutuando em avanço para oeste, consoante as vantagens políticas dos portugueses. Ilha-Brasil que era invocada como determinante na concretização das fronteiras, marcando os limites e confrontos com os domínios espanhóis. Sentia-se sempre “doente de saudade” de Portugal – dentro de si ouviria “a voz do sangue” por estar – e assim que lhe foi permitido, em 1957, regressou. Retomando (na medida do possível) as suas preocupações cívicas e políticas que ainda lhe valeram a prisão aos setenta e quatro anos. Porque embora só tendo “ambições literárias de escritor e de historiador” (entrevista a Igrejas Caeiro, de 1958, in José Ribeiro dos Santos, *Jaime Cortesão...*, p. 350) nem por isso se vergou a ditaduras ou a ditadores – e por isso não teve lugar na Academia Portuguesa da História (criada pelo regime para o seu serviço, em 1936 – com membros nomeados pelo governo). Não foi o candidato da oposição a Presidente da República em 1958, a que se dispunha, por lhe ter sido preferido o General Humberto Delgado (por razões estratégicas arquitetadas por Sérgio para minar o regime por dentro). E continuou uma forte actuação de divulgação da história e colaboração nos jornais a propósito do que ia analisando, revendo e recordando da realidade portuguesa, da terra e dos homens. Até ao fim, em Agosto de 1960. Para além de projectos nunca concretizados (como uma desejada e anunciada *História de Portugal*), duas obras ficaram incompletas: *Os Descobrimientos Portugueses* (publicados em Lisboa a partir de 1960) e a *História do Brasil nos Velhos Mapas* (no Rio de Janeiro, com I vol. em 1965 e II em 1971). Que mesmo sem remate pelo autor se revelam indispensáveis como sínteses possíveis de dois campos de investigação que o ocuparam longamente e onde a sua lição original e poderosa marcou indelevelmente quer a historiografia de Portugal quer a do Brasil.

**Bibliografia activa:** “A ‘Renascença Portuguesa’ e o ensino da História Pátria, in *A Águia*. 2ª série. Porto: 1912, nº 9; “A História e o Historiador” (1916?), in *Obras Completas*. Lisboa: Portugália, vol. I, 1962; “A missão dos padres matemáticos no Brasil”, sep. de *Studia*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1958; “América”, in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, vol. I, 1964; “Austrália – o problema do descobrimento da Austrália pelos Portugueses”, in *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, vol. III; “Esboço de plano dum Museu Evocativo da Vida e Obra do Infante Dom Henrique e dos Descobrimientos Portugueses em geral”, in *Cidadania e História. Em homenagem a Jaime Cortesão. Cadernos da Revista de História Económica e Social*. Lisboa: Sá da Costa, 1985; “História de uma História”, in *Souza Cruz. Juízos sobre a sua vida e a sua obra*. Lisboa – Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945; “O historiógrafo”, in *In Memoriam do Conde de Sabugosa*. Lisboa: Portugália Editora, 1924; “O significado da expedição de Pedro Teixeira à luz de novos documentos”. Rio de Janeiro: *Anais do IV Congresso Histórico Nacional*, 1950; “O território da Colónia do Sacramento e a formação dos estados platinos”. São Paulo: sep. da *Revista de História*, 1954; “Os Santos Portugueses. Santa Iria, Santo António, Santa Izabel, S. Frei Gil, S. Gonçalo, S. Pedro Gonçalves Telmo, o Santo Condestabre e o Infante Santo”, in *A Vida Portuguesa*, boletim da ‘Renascença Portuguesa’. Porto: Abril de 1915, nº 36; “*Prefácio a modo de memórias*”, in *Infante de Sagres*. 4ª ed.. Porto: Edições Marânus, 1960;



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

“Prefácio” a *A Santa Vida e Religiosa Conversão de Frei Pedro, Porteiro do Mosteiro de S. Domingos de Évora*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1947; “Prefácio” a Ambrósio Fernandes Brandão, *Diálogo das grandezas do Brasil*. Rio de Janeiro: Dois Mundos, 1943; “Recordações de Minas”, in Augusto de Lima Júnior, *A Capitania das Minas Gerais*, 2ª ed.. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zélio Valverde, 1943; “Relações entre a Geografia e a História do Brasil” e “Expansão territorial e povoamento do Brasil”, in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, dirigida por António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias. Lisboa: Ática, vol. III, 1940; A “Carta” de Pêro Vaz de Caminha. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1943; *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*. Lisboa: Livraria Aillaud & Bertrand, 1922 (citações pela 3ª edição; Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1994); *A Fundação de São Paulo – Capital Geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955; *A Política de Sigilo nos Descobrimientos nos Tempos do Infante D. Henrique e de D. João II*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960); *A Tomada e Ocupação de Ceuta*. Lisboa: sep. do *Boletim da Agência Geral das Colónias*, 1925; *A viagem de Diogo de Teive e Pêro Vasquez de la Frontera ao Banco da Terra Nova em 1452*. Lisboa: Imprensa da Armada, 1933; *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Lisboa: Seara Nova, 1950; *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1950-1956; *Brasil*, libro 1, *De los comienzos a 1799*; Calmon, Pedro, *De 1800 a nuestros días*. Barcelona: Salvat, 1956; *Cabral e as origens do Brasil (Ensaio de Topografia Histórica)*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1944; *Camões e o descobrimento do Mundo*. Lisboa: Cadernos Seara Nova, 1944; *Do sigilo nacional sobre os Descobrimientos: crónicas desaparecidas, mutiladas e falseadas, alguns dos feitos que se calam*. Lisboa: in *Revista Lusitânia*, 1924; *Eça de Queirós e a questão social*. Lisboa: Seara Nova, 1949; *El viaje de Diogo de Teive y Colón y los Portugueses*. Jaime Cortesão e Avelino Teixeira da Mota. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1975; *Elogio histórico de Bernardino Machado*. (Rio de Janeiro): Liga de Defesa Nacional, 1945; *Génesis del Descubrimiento. Los Portugueses*, tradução, in Antonio Ballesteros y Beretta, *Historia de América y de los pueblos americanos*. Barcelona – Buenos Aires: Salvat, vol. 3, 1947. Texto original em Português — *Os Descobrimientos pré-colombinos dos Portugueses*. Lisboa: Portugália, 1966; *Glória de Antero*. Jaime Cortesão e Manuel Bandeira. Lisboa: Seara Nova, 1943; *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993, colaboração na *História de Portugal*: Portucalense Editora, com direcção de Damião Peres, 1931-1934; *História do Brasil nos Velhos Mapas*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores, 1965-1971; *Introdução à História das Bandeiras*. Lisboa: Portugália, 1964 (edição póstuma em dois volumes de artigos em *Estado de São Paulo* e *A Manhã* do Rio de Janeiro, 1947-1948); *Le Traité de Tordesillas et la Découverte de L'Amérique*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1926; *Les guides Bleus. Portugal. Madère. Iles Açores*. Paris: Librairie Hachette, 1931; *Manuscritos da Colecção De Angelis*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1951-1969; *O carácter lusitano do descobrimento do Brasil*. Lisboa: Editorial Império, 1941; *Os Descobrimientos Portugueses*. Lisboa: Arcádia, 1960-1962; *Os Portugueses no Descobrimento dos Estados Unidos*. Lisboa: Seara Nova, 1949; *Pauliceæ Monumenta Historica*. Rio de Janeiro-Lisboa: Real Gabinete Português de Leitura, 1956-1960; *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958; *Teoria Geral dos Descobrimientos*

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

*Portugueses – A Geografia e a Economia da Restauração*. Lisboa: Cadernos Seara Nova, 1940; *União Cívica. Conferências de Propaganda. Sociedade de Geografia de Lisboa em 4 de Março de 1923*. Porto: Edição da comissão directiva do Norte, 1923.

**Bibliografia passiva:** ÁGUAS, Neves, *Bibliografia de Jaime Cortesão. Contribuição para um Inventário Completo*. I parte. Lisboa: Arcádia, 1962. (Só a parte portuguesa); GODINHO, Vitorino Magalhães, “Presença de Jaime Cortesão na historiografia portuguesa”, in *Os factores democráticos na Formação de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1974; LOPES, Óscar, *Jaime Cortesão*. Lisboa: Arcádia, s / d.; MACEDO, Jorge Borges de, “A teoria da história de Jaime Cortesão”, in *Prelo*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, Dezembro de 1984, pp. 57-66; MAGALHÃES, Joaquim Romero, “No trilho de uma ambição: o poeta-historiador Jaime Cortesão (1910-1927)”, in *Cidadania e História. Em homenagem a Jaime Cortesão*. Lisboa: *Cadernos da Revista de História Económica e Social* nº 6-7, Sá da Costa, 1985; MOURÃO-FERREIRA, David: “No centenário de Jaime Cortesão. Ut sculptura poesis”, in *Colóquio / Letras*, nº 83, 1985; OLIVEIRA, Francisco Roque de, “História da cartografia brasileira e mapoteconomia segundo Jaime Cortesão: o curso do Itamaraty de 1944”, *on line*; SAMUEL, Paulo, *A Renascença Portuguesa. Um perfil documental*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1990; SANTOS, Alfredo Ribeiro dos, *A Renascença Portuguesa um movimento cultural portuense*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1990; SANTOS, Alfredo Ribeiro dos, *Jaime Cortesão um dos grandes de Portugal*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1993; SARAIVA, Ricardo (pseudónimo de David Ferreira), “Para uma biografia de Jaime Cortesão”, in *Seara Nova*, n.ºs 1266-1267, 27 de Dezembro de 1952 (Separata em 1953); TRAVESSA, Elisa Neves, *Jaime Cortesão. Política, História e Cidadania (1884-1940)*. Porto: Edições Asa, 2004.

Joaquim Romero Magalhães



APOIOS:

**FCT**  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

**BNP** BIBLIOTECA  
NACIONAL  
DE PORTUGAL

FUNDAÇÃO  
LUSO-AMERICANA